

Síndica Gf

# O que o Brasil

GAZETA MERCANTIL

- 3 FÉV 1986

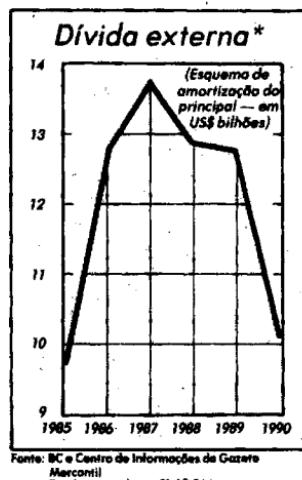
# vai negociar em Nova York

por Paulo Sotero  
de Washington

A cláusula de reempréstimo dos vencimentos de 1985, a redução do "spread" e a jurisdição do contrato do acordo de refinanciamento parcial da dívida externa serão, segundo fontes financeiras, as três questões mais complexas das negociações entre o Brasil e o comitê de bancos credores, que começam em Nova York, nesta quarta-feira.

O diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas, comandará a equipe de negociadores brasileiros na fase inicial das conversações.

A menos que o lado brasileiro tome a iniciativa, a questão dos empréstimos de 63 provavelmente não será discutida na primeira semana das conversações, informaram as mesmas fontes, porque os bancos estão convencidos de que não há nenhuma perspectiva de solução do problema no momento.



"Mas se uma solução não for encontrada em dois ou três meses", alertou um banqueiro, "o acordo de renegociação que for acertado estará em perigo, pois muitos dos 150 bancos afetados pela decisão do Brasil de não assumir os empréstimos (aos três bancos liquidados pelo BC, em novembro passado) relutariam em assinar." Tecnicamente, se o acordo não tiver a adesão de no mínimo

90% dos cerca de setecentos credores, ele não tem valor legal.

As negociações que começam nesta semana visam definir os diversos ingredientes do acordo em princípio obtido pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, no último dia 17, em Nova York.

Seus ingredientes principais são a renovação — por pelo menos mais um ano (março de 1986) — dos compromissos de curto prazo, a renegociação por sete anos, com cinco de carência, dos cerca de US\$ 8 bilhões de amortizações do principal da dívida que venceram no ano passado e uma redução do "spread", a taxa de risco que os bancos cobram por seus empréstimos.

Como contrapartida do refinanciamento dos vencimentos de 1985, os bancos poderão reemprestar esse dinheiro a empresas brasileiras, ganhando "spread" e comissão. O acordo prevê ainda, em seu esboço inicial, a rolagem automática dos compromissos do principal a vencer neste ano.

Os banqueiros ficaram convencidos de que enfrentarão uma dura barganha na questão do reemprestímo nas reuniões preliminares que representantes do Citibank, do Morgan

(Continua na página 24)

# O que o Brasil vai...

por Paulo Sotero  
de Washington  
(Continuação da 1ª página)

Guaranty, do Lloyds Bank e do Chase Manhattan tiveram entre os dias 23 e 28 últimos, em Brasília, com altos funcionários do Banco Central (BC), do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Planejamento (Seplan) não foram reuniões de negociação, e sim de troca de pontos de vista. Elas versaram exclusivamente sobre a cláusula de reemprestímo, que permite aos bancos repassar a antigos ou novos clientes, via BC, os cruzeiros equivalentes ao pagamento das amortizações de principal. O pagamento é escrutinado pelo BC numa conta em favor de cada credor, na data do vencimento, no valor do empréstimo original em moeda forte.

De acordo com a descrição de uma fonte financeira, Antônio de Pádua Seixas disse aos representantes dos bancos que o governo quer alterar o mecanismo de reemprestímo em vigor para os vencimentos de 1984 (que expira no fim de fevereiro). A posição do Brasil é, segundo essa versão, que o reemprestímo deve ser limitado e mantido sob estrito controle do BC, pois sua existência enfraquece a disciplina do governo sobre as empresas estatais e torna o controle da política monetária mais difícil. Seixas disse ainda aos banqueiros que o governo brasileiro considera excessivos os "spreads" e comissões que os bancos vinharam cobrando nas operações de reemprestímo dos vencimentos de 1984. Em algumas dessas operações, os bancos chegaram a cobrar mais de 4%.

Os representantes dos bancos disseram aos funcionários brasileiros que reconhecem as dificuldades que o reemprestímo pode criar para o controle da base monetária. Para evitar distorções, eles afirmaram que concordam com a

manutenção de um dispositivo já existente na cláusula de reemprestímo, que impõe um limite mensal sobre o montante a ser repassado. Não querem, contudo, que as estatais sejam excluídas dos empréstimos. "O governo deve ter outros meios para manter a disciplina no orçamento das estatais, além de dizer-lhes, simplesmente, que não há dinheiro", argumenta um banqueiro. "O fato é que, enquanto os fundos estiverem disponíveis no BC, haverá pressões das estatais para fazer uso deles. E, em muitos casos, não se trata de saber se haverá reemprestímo, mas sim de quem fará o reemprestímo: se os bancos estrangeiros ou o BC."

De acordo com a fonte, os avisos GB 588 e MF 30 do Banco Central nada mais seriam do que dispositivos que permitem às autoridades repassar fundos, no caso fundos oficiais, a empresas estatais à beira da inadimplência.

Para os credores, os "spreads" e comissões sobre esses repasses não devem, obviamente, ser limitados, porque, na opinião do mesmo banqueiro, "eles

a garantia do governo federal são também um importante atrativo para os credores no atual clima de incerteza.

A discussão sobre a jurisdição do contrato da dívida, prevêem fontes financeiras, deverá ser também movimentada. De acordo com uma fonte com acesso ao comitê de bancos, o governo brasileiro provavelmente insistirá em mexer nesse tópico e pedirá que a solução de controvérsias seja feita por arbitragem e não mais nos tribunais de Nova York, como rezam os contratos de renegociação feitos até agora. Este é um tema potencialmente explosivo no Congresso brasileiro, e que já fora colocado aos banqueiros por Antonio Carlos Lemgruber, o antecessor do atual presidente do Banco Central.

"A questão do 'spread' também vai dar muita discussão", disse o banqueiro. "A expectativa dos credores, segundo ele, é que o governo brasileiro pedirá uma redução muito grande da taxa de risco. E acho que a redução do 'spread' vai acabar dependendo em boa parte do que os bancos conseguirem na cláusula de reemprestímo."